



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Relações Étnico-Raciais

**Matripotência orgânica ch'ixi: epistemologias afropindorâmicas
como fundamento teórico-metodológico para a socioeducação**

Débora Pereira da Costa¹
Silmara Carneiro e Silva²

Resumo: Este artigo, resultado parcial de pesquisa de doutorado, analisa o paradoxo epistemológico da socioeducação brasileira: um campo que denuncia o racismo estrutural, mas permanece ancorado nas mesmas matrizes ocidentais que o sustentam. A partir de estado do conhecimento de 227 artigos (2020-2025), evidencia-se essa contradição e propõe-se o Framework da Matripotência Orgânica Ch'ixi como alternativa contracolonial. Fundamentado na confluência entre epistemologias ancestrais africanas, originárias e afropindorâmicas, o framework reconhece pessoas trabalhadoras como intelectuais orgânicas e afirma práticas matricêntricas de cuidado, defesa da vida, relacionalidade e expressão de si como saberes suficientes para disputar os fundamentos da política socioeducativa.

Palavras-chave: Socioeducação; Matripotência; Intelectualidade Orgânica; Ch'ixi; Confluência contracolonial.

Abstract: This article, a partial result of doctoral research, analyzes the epistemological paradox of Brazilian socio-education: a field that denounces structural racism yet remains anchored in the very Western matrices that sustain it. Based on a state-of-knowledge review of 227 articles (2020–2025), this contradiction is brought to light, and the Ch'ixi Organic Matripotency Framework is proposed as a counter-colonial alternative. Grounded in the confluence of African ancestral, Indigenous, and Afro-Pindoramic epistemologies, the framework recognizes workers as organic intellectuals and affirms matricentric practices of care, defense of life, relationality, and self-expression as sufficient knowledges to contest the foundations of socio-educational policy.

Keywords: Socio-education; Matripotency; Organic Intellectuality; Ch'ixi; Counter-colonial confluence.

¹ Pedagoga de Centro de Socioeducação na Secretaria de Justiça e Cidadania do Paraná, Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina, Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá, E-mail: pedagogiaengajada@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Pós-doutora pela UEL. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Graduada em Serviço Social pela UEPG. Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora Afiliada na Texas Tech University - TTU-EUA. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais - Cnpq. E-mail: scsilva@uepg.br



1 INTRODUÇÃO

A socioeducação brasileira constitui campo em disputa epistemológica. Embora a produção acadêmica reconheça o racismo estrutural como dimensão constitutiva do sistema, as epistemologias mobilizadas para analisar e intervir nesse campo permanecem ancoradas em matrizes modernas e ocidentais. Silva e Guedes (2022), ao mapearem teses e dissertações sobre a internação no Paraná, confirmam essa concentração: predominam abordagens comportamentais, socioeconômicas e familiares, produzidas majoritariamente pela psicologia, pedagogia, serviço social e direito. Essa configuração revela uma dupla ausência: faltam abordagens que interroguem os fundamentos do próprio campo, seus pressupostos ontológicos, as relações que o constituem, as potências e inteligibilidades coletivas de quem o habita, e faltam abordagens que reconheçam os saberes produzidos desde essas experiências como conhecimento legítimo. Reproduz-se, assim, o que Sueli Carneiro (2005) denomina epistemicídio, silenciando modos de cuidar e de existir das próprias pessoas que vivem a socioeducação.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) apontou, a partir dos estudos decoloniais das décadas de 1990 e 2000, que a colonialidade do poder, nascida com a empresa colonial e reproduzida muito além das independências formais, estabeleceu a classificação racial como princípio organizador das hierarquias sociais e epistêmicas no sistema-mundo moderno. Porém, ainda na primeira metade do século passado, o filósofo e psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2008) já nomeava como *zona do não-ser* o espaço ontológico no qual corpos racializados são posicionados abaixo da linha de humanidade reconhecida, e que constitui condição estrutural que antecede qualquer interação institucional. Não diferente, Cordeiro e Augusto (2022) não vêem a seletividade racial no sistema socioeducativo como uma falha de implementação, mas expressão do funcionamento previsto de uma máquina penal historicamente orientada ao controle de juventudes negras e periféricas.

Este texto apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado em andamento e fundamenta-se em estado do conhecimento (Morosini; Nascimento; Nez, 2021) produzido a partir de 227 artigos científicos revisados por pares, publicados entre 2020 e 2025 na produção nacional, levantados nas bases CAPES e SciELO com os descritores "socioeducação", "medidas socioeducativas", "medida socioeducativa" e "adolescentes em conflito com a lei", cujos resumos foram analisados para classificação temática e epistemológica, com o objetivo de identificar não apenas o que se tem pesquisado sobre socioeducação, mas quais matrizes de saber são legitimadas e quais permanecem sistematicamente ausentes no campo.

O estado do conhecimento permitiu identificar não apenas concentrações temáticas, mas a estrutura epistêmica que as organiza. Do total de produções, 81,1% concentram-se em eixos institucionais e pedagógico-escolares: escolarização formal, legislação, medidas, perfis. Muitos desses artigos são, de fato, críticos ao sistema. Contudo, a análise dos fundamentos teóricos predominantes mostra que essa crítica permanece ancorada em matrizes jurídico-normativas, na psicologia do desenvolvimento e em abordagens sociológicas cujos



referenciais são majoritariamente produzidos no Norte global. A concentração temática, portanto, expressa uma concentração epistemológica: pesquisa-se intensamente *o que fazer com a pessoa adolescente institucionalizada*, mas quase nunca se interroga *a partir de quais saberes* esse fazer se constrói. Embora o racismo apareça transversalmente em diversas categorias, apenas 1,8% dos artigos o colocam como foco central de análise, num sistema cujos corpos são 72,9% negros. As ausências são igualmente sintomáticas: família e comunidade, que nas tradições africanas e afropindorâmicas constituem o próprio tecido da existência, representam 3,1% da produção, evidenciando um campo que pensa a partir da instituição, e não a partir das redes de pertencimento que a institucionalização rompe. Artes, cultura, esporte e corporeidade somam 4,8%, tratados como atividade complementar, e não como produção de conhecimento, o que significa que a oralidade, o gesto e o movimento, formas de saber que as pessoas adolescentes efetivamente praticam, seguem deslegitimadas como campo epistêmico. As pessoas trabalhadoras dos CENSEs aparecem como executoras precarizadas, raramente como produtoras de teoria. E as pessoas adolescentes são lidas pelo desvio, pelo perfil de risco, quase nunca pela potência e pela suficiência ontológica que carregam. Em síntese, o campo mobiliza raça para denunciar o racismo, mas não dá o passo seguinte: não mobiliza as matrizes epistêmicas que emergem das experiências racializadas, nem desloca os fundamentos coloniais que estruturam a própria política (Carneiro, 2005; Quijano, 2005).

Se o campo já reconhece a seletividade racial e já denuncia o epistemicídio, por que segue utilizando quase exclusivamente referenciais teóricos nascidos das mesmas tradições que produziram essas violências? Essa pergunta-fio conduz o presente estudo, que apresenta o framework da Matripotência Orgânica Ch'ixi como resposta epistemológica a essa contradição, a partir da articulação de saberes africanos, andinos e da tradição materialista histórica por confluência (Bispo dos Santos, 2015; 2023), e não por adição, para produzir campo de inteligibilidade capaz de fundamentar '*socioeducações plurais*'.

2 EPISTEMICÍDIO E COLONIALIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO BRASILEIRA

A colonialidade é a estrutura constitutiva do sistema socioeducativo. Para compreender essa afirmação, é necessário distinguir colonialismo de colonialidade. Enquanto o colonialismo designa o regime político-administrativo que se encerrou formalmente com as independências, a colonialidade nomeia o padrão de poder que sobreviveu à descolonização formal e continua organizando hierarquias raciais, epistêmicas e econômicas no sistema-mundo moderno (Quijano, 2005). A colonialidade do poder institui a classificação racial como eixo articulador das relações sociais; a colonialidade do saber desqualifica epistemes não-europeias como condição para que a racionalidade moderna se apresenta como universal e única forma legítima de conhecimento (Grosfoguel, 2016); o epistemicídio, conceito formulado por Sueli Carneiro (2005), a partir de Boaventura de Sousa Santos, designa o processo de dominação étnico-racial que consiste na supressão, desvalorização ou negação sistemática dos



conhecimentos, saberes e produções intelectuais de grupos subalternizados, especialmente negros e indígenas, em prol de uma hegemonia ocidentocêntrica, aprisionando-os na posição de objetos investigados.

Walter Mignolo (2008; 2013) demonstra que a diferença colonial produz uma geopolítica do conhecimento na qual os saberes do Norte global são apresentados como teoria universal, enquanto os saberes do Sul permanecem classificados como cultura local, cosmovisão exótica ou, na melhor das hipóteses, material empírico a ser interpretado por categorias alheias. Na socioeducação, essa hierarquia se materializa de modo exemplar: as categorias que organizam o campo — sujeito de direitos, proteção integral, pedagogia social, ressocialização — são exclusivamente derivadas da tradição jurídica e pedagógica ocidental. Mesmo quando a crítica acadêmica mobiliza raça como marcador de denúncia, atua dentro dessa geopolítica: utiliza raça para tornar visível a seletividade do sistema, mas não interroga por que os saberes produzidos desde as experiências racializadas seguem ausentes como fundamento teórico legítimo, confirmando, assim, a hierarquia epistêmica que Mignolo identifica como constitutiva da diferença colonial.

Lélia Gonzalez (1988) já havia identificado esse mecanismo ao formular o conceito de amefricanidade: a recusa em reconhecer a contribuição civilizatória de povos africanos e originárias nas Américas não é mera lacuna acadêmica, mas produção ativa de invisibilidade que sustenta a colonialidade do saber. Na socioeducação, o apagamento é duplo: apagam-se os saberes dos povos que constituem a maioria das pessoas adolescentes institucionalizadas, e apagam-se os saberes práticos de pessoas trabalhadoras dos Centros de Socioeducação (CENSEs), aquelas que exercem cuidado matricêntrico sem que suas práticas sejam reconhecidas como produção de conhecimento.

A essa colonialidade epistêmica soma-se o caráter androcêntrico do sistema. Androcentrismo designa a organização simbólica e material que posiciona o masculino como referência universal e norma não-marcada, a partir da qual todas as demais experiências são medidas e hierarquizadas (Oyěwùmí, 1997). Na socioeducação, manifesta-se na estruturação do cotidiano institucional sob princípios de competição, hierarquização e virilidade, opondo-se à construção de vínculos fundados no diálogo e no cuidado mútuo (Garay Hernández; Vinuto, 2022). A matriz colonial-disciplinar-androcêntrica, termo empregado neste artigo para designar esse conjunto articulado de pressupostos, hierarquiza saberes, desqualifica corporeidades não normativas e reduz processos educativos a protocolos técnicos pretensamente neutros.

A revisão de Silva e Guedes (2022) sobre a produção acadêmica paranaense em socioeducação confirma essa concentração epistêmica: a pesquisa permanece focada em perfis, implementação de medidas e trabalho profissional, com baixa problematização das dimensões estrutural, racial e cultural. Alves (2019) fala de uma “intolerância assimilativa” que estrutura o Paraná, por ser um estado que se auto institui uma “*Europa brasileira*”, em que sujeitos não-brancos são tolerados apenas quando atenuam seus marcadores raciais e culturais. A partir de Oliveira e Grupp (2022), ao reconhecermos como a branquitude funciona



como norma invisível organizadora de práticas institucionais e dos próprios campos epistêmicos, podemos entender sua reprodução na socioeducação paranaense.

O paradoxo é, portanto, estrutural: o campo acadêmico da socioeducação denuncia o racismo, mas segue utilizando as mesmas categorias que o sustentam. Fala-se de “sujeito de direitos” sem problematizar que esse sujeito é o indivíduo liberal abstrato que a modernidade colonial inventou para si mesma. Fala-se de “pedagogia” sem reconhecer que a pedagogia hegemônica é corretiva e disciplinar, herdeira das instituições de controle colonial. Fala-se de “ressocialização” sem perguntar a qual sociedade se pretende reintegrar corpos cuja exclusão é condição de funcionamento dessa mesma sociedade. É diante desse diagnóstico que o framework da Matripotência Orgânica Ch’ixi se apresenta: não como adição de “perspectivas diversas” ao repertório existente, mas como deslocamento radical dos critérios de validade epistêmica que organizam o campo.

3 O FRAMEWORK DA MATRIPOTÊNCIA ORGÂNICA CH’IXI: CONFLUÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS

Cabe explicitar o que se entende por framework. A Matripotência Orgânica Ch’ixi é uma construção original desta pesquisa, que designa uma gramática conceitual para nomear, legitimar e fortalecer saberes já existentes e não um protocolo a ser replicado. Diferencia-se de uma teoria fechada porque não pretende explicar a totalidade do fenômeno socioeducativo a partir de um único sistema de categorias; diferencia-se de um modelo porque não prescreve etapas ou procedimentos padronizados. Constitui campo de inteligibilidade: conjunto articulado de conceitos oriundos de tradições epistêmicas distintas que, postos em confluência, produzem lentes para ler a realidade institucional e orientar práticas sem prescrever formatos.

O framework teórico-metodológico da Matripotência Orgânica Ch’ixi articula três pilares epistemológicos, a *matripotência iorubá*, o *ch’ixi aymara* e a *intelectualidade orgânica* gramsciana, e não por adição de conceitos, mas confluindo. A confluência, como princípio organizador, é emprestada de Antônio Bispo dos Santos (2015; 2023), pensador quilombola piauiense, que formula a biointeração afropindorâmica como encontro de saberes que não se fundem nem se hierarquizam, mas confluem, produzindo efeitos novos sem que as matrizes originárias percam sua integridade. Nas palavras de Bispo dos Santos (2023, p. 4): “quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente — a gente rende”. Confluir não é fundir; é fortalecer-se no encontro, mantendo a singularidade de cada corrente. Cada pilar revela dimensões que os demais não alcançam sozinhos, e a relação entre eles produz campo de inteligibilidade que nenhum ofereceria isoladamente.

Oyèrónkè Oyèwùmí, socióloga nigeriana, produz uma das críticas mais radicais à universalização do gênero como categoria de análise social. Nas obras: *A Invenção das Mulheres* (2021) e *What Gender is Motherhood?* (2016), Oyèwùmí demonstra que a imposição colonial do sistema binário de gênero sobre as sociedades iorubás constituiu uma violência epistêmica que desfigura cosmopercepções nas quais o corpo não é lido prioritariamente pela



anatomia visual, mas pela senioridade, pela capacidade relacional e pela posição em redes de parentesco. Na sociedade Oyó-Iorubá pré-colonial, a fisicalidade não possuía antecedentes sociais e não constituía categorias sociais; os termos de parentesco iorubás não denotam gênero, e as posições sociais das pessoas mudavam constantemente em relação a com quem estavam interagindo (Oyěwùmí, 1997). É nessa desconstrução que se enraíza a crítica ao androcentrismo: se o gênero é produção colonial, então a centralidade do masculino no sistema socioeducativo não é um dado natural, mas efeito de uma imposição epistêmica que pode e deve ser deslocada.

A partir dessa desconstrução do olhar anatômico, Oyěwùmí resgata o conceito de matripotência: princípio cosmológico iorubá que posiciona a geração e a sustentação da vida como fundamentos da autoridade e da legitimidade social. *Ìyá* não é “mãe” no sentido ocidental, pois a tradução distorce o significado original do termo na tradição iorubá. *Ìyá* é instituição matripotente, espiritual e material, da qual emana toda vida e comunidade (Oyěwùmí, 2016; Rocha, 2023). A matripotência descreve os poderes, espiritual e material, derivados do papel procriador de *Ìyá*: quem procria é a fundadora da sociedade humana, como indica Oseetura, o mito fundador iorubá. A unidade social mais fundamental no mundo iorubá é o par *Ìyá* e *prole*. Como todos os humanos nascem de uma *Ìyá*, ninguém é mais antigo que *Ìyá*, sendo o sistema de senioridade, não de gênero, que organiza a hierarquia social.

Dois conceitos complementam a compreensão da matripotência: *àṣẹ* e *orí*. Rowland Abiodun (1994) elabora *àṣẹ* como energia vital que circula entre todas as formas de existência, conferindo eficácia ao agir e à palavra. Wande Abimbola (1976) sistematiza *orí* como consciência e destino singular, é o portador do destino da pessoa e determinante de sua personalidade, que se constitui em redes de pertencimento familiares, comunitárias e ancestrais. A relação entre *Ìyá* e sua prole é percebida como pré-terrena, pré-gestacional, vitalícia e póstuma: no momento de escolher seu destino, a alma pré-terrena escolhe a *Ìyá* que tornará possível a realização desse *orí* (Oyěwùmí, 2016). Rocha (2023) formula o trinômio corpo-*orí*-idade como chave filosófica para pensar a ontologia relacional iorubá, articulando fisicalidade, destino singular e senioridade em unidade conceitual que recusa as fragmentações ocidentais entre corpo e mente, indivíduo e comunidade, sagrado e profano.

É indispensável distinguir a matripotência de maternalismo. Maternalismo designa ideologia conservadora que naturaliza o papel materno feminino, atribuindo às mulheres a vocação essencial do cuidado e convertendo essa atribuição em instrumento de subordinação (Federici, 2017). A matripotência iorubá recusa integralmente essa lógica: não se trata de celebrar a “mãe” como figura sacrificial devotada ao lar, mas de reconhecer a geração da vida como princípio cosmológico que organiza a autoridade social independentemente de gênero. Homens, mulheres e pessoas não-binárias podem exercer matripotência quando assumem responsabilidade pelo fortalecimento de vínculos e circulação de *àṣẹ*. A matripotência não é uma categoria de gênero, mas uma episteme filosófica. Tal como recorremos à filosofia grega para pensar a democracia, recorremos à filosofia iorubá para pensar, coletividade, comunidade,



relacionalidade, responsabilidade compartilhada, as políticas do cuidar e da defesa da vida (Oyèwùmí, 2016; Dove, 2015). Esse pilar dialoga com a ética do Ubuntu formulada por Mogobe Ramose (1999): “*umuntu ngumuntu ngabantu*”: uma pessoa é pessoa por intermédio de outras pessoas, e com Amadou Hampâté Bâ (1981), que sistematiza a noção de pessoa na tradição africana como feixe de relações cósmicas, espirituais e comunitárias, irreduzível à categoria de indivíduo isolado.

O segundo pilar mobiliza a epistemologia ch’ixi formulada por Silvia Rivera Cusicanqui, socióloga boliviana de ascendência aymara. Em *Ch’ixinakax utxiwa* (2010) e *Un mundo ch’ixi es posible* (2018), Rivera Cusicanqui articula a sociologia da imagem, a análise do colonialismo interno boliviano e a cosmo percepção aymara para formular o conceito de ch’ixi: termo que designa aquilo que é e não é ao mesmo tempo. Ch’ixi nomeia uma cor cinza-jaspeada, produzida pela justaposição de fios pretos e brancos que, vistos à distância, geram tonalidade própria sem que as cores originais desapareçam. A noção obedece à ideia de algo que é e não é ao mesmo tempo, configurando a lógica do terceiro incluído: a cor cinza ch’ixi é branca e não-branca ao mesmo tempo, é branca e também preta, seu oposto. Essa formulação não constitui um jogo retórico, pois expressa ontologia relacional na qual a contradição não é defeito lógico a ser superado, mas é a espessura mesma do real.

Rivera Cusicanqui (2010) critica o hibridismo cultural proposto por García Canclini como metáfora genética que conota esterilidade: pressupõe que da mistura de dois diferentes surja um terceiro completamente novo, uma terceira raça ou grupo social capaz de fundir traços em mistura harmoniosa e inédita. O ch’ixi, pelo contrário, propõe a coexistência em paralelo de múltiplas diferenças culturais que não se fundem, mas se antagonizam ou se complementam. Cada uma se reproduz desde as profundezas do passado e relaciona-se com as outras de forma contenciosa. A autora também não reconhece haver uma pureza identitária: o conceito de *pã chuyma*, coração dividido na língua aymara, nomeia a condição subjetiva de quem reconhece habitar uma fissura sem pretender resolvê-la pela escolha forçada de um dos lados. A descolonização, para Rivera Cusicanqui, não se realiza por inclusão de vozes subalternas em marcos teóricos ocidentais, mas por deslocamento radical dos próprios critérios de validade epistêmica que emerge de um exercício permanente de micropolítica dos gestos, repolitização cotidiana das relações e dos modos de habitar os espaços institucionais. Esse pilar dialoga com as filosofias do Bem Viver, *Sumak Kawsay* (Quéchua) e *Suma Qamaña* (Aymara), que afirmam o equilíbrio e a harmonia comunitária como horizonte de existência, contrapondo o desenvolvimentismo como finalidade da política pública.

O terceiro pilar reposiciona a intelectualidade orgânica gramsciana como ferramenta para reconhecer as pessoas trabalhadoras dos CENSEs como produtoras legítimas de conhecimento. Antonio Gramsci produziu suas principais elaborações teóricas no cárcere fascista em que permaneceu de 1926 até sua morte em 1937. Germino (2003) demonstra que a experiência do encarceramento consistiu no próprio método de Gramsci: o corpo marginalizado socialmente produziu conhecimento situado sobre o funcionamento do Estado



que teorias abstratas jamais alcançariam. Para Gramsci (2024a; 2024b), todo ser humano é intelectual, pois elabora concepções de mundo, produz interpretações sobre a realidade, articula estratégias de ação, embora nem todos exerçam função intelectual reconhecida socialmente. Intelectuais orgânicos emergem do seio de sua classe, conferindo-lhe homogeneidade intelectual, consciência de si e capacidade de direção política.

A filosofia da práxis articula indissociavelmente teoria e prática: práxis não é aplicação mecânica de teoria à realidade, mas unidade viva na qual reflexão emerge da ação e retorna a ela, transformada (Gramsci, 2024a). O senso comum institucional dos CENSEs naturaliza a equação entre segurança e punição, entre proteção e contenção, constituindo terreno de reprodução da matriz colonial-disciplinar-androcêntrica. Contudo, abriga também núcleos de bom senso, aquilo que Gramsci identificava como espírito popular criativo: saberes subalternizados que, no contexto, insistem em vincular: socioeducação e cuidado, relação e responsabilidade compartilhada. Giovanni Semeraro (2006) atualiza a lente gramsciana ao denunciar a figura do intelectual funcional, típica do contexto neoliberal que fragmenta lutas políticas e produz técnicos pragmáticos que servem à manutenção da ordem sem questioná-la. Em contraposição, Semeraro (2006) resgata em Gramsci a necessidade de uma conexão sentimental: a verdadeira organicidade não é burocrática, mas exige sentir com paixão a vida das pessoas subalternizadas. Essa dimensão afetiva e política encontra ressonância na escrivência de Conceição Evaristo (2017), que funciona neste estudo como um dispositivo epistêmico que afirma a indissociabilidade entre corpo, memória e produção de saber.

A articulação entre os três pilares produz o que Bispo dos Santos (2015; 2023) nomeia confluência: não se trata de somar conceitos de tradições diferentes, mas de reconhecer que essas tradições já se encontram nos corpos e nas práticas de pessoas que habitam os CENSEs. A matripotência define o que sustenta a vida, sendo a dimensão ontológica do framework: a geração e o cuidado da vida como fundamento da autoridade social, o *orí* relacional como princípio de reconhecimento, a circulação de *àşę* como critério de saúde institucional. O *ch'ixi* reconhece que essa matripotência coexiste com a matriz colonial sem se fundir a ela, se apresentando como a dimensão epistemológica: a realidade dos CENSEs é constitutivamente cinza-jaspeada, e a pretensão de purificar essa tensão por síntese harmoniosa reproduz a violência que se pretende combater. Já a intelectualidade orgânica afirma quem produz esse conhecimento, constituindo a dimensão política: as pessoas trabalhadoras, desde o chão dos CENSEs, com seus corpos-método, suas memórias ancestrais e suas invenções cotidianas. A confluência de Bispo dos Santos (2015; 2023) ancora essa articulação à maneira dos rios: um rio não deixa de ser rio porque conflui com outro; passa a ser ele mesmo e outros rios, e se fortalece. Assim, se articulam matripotência, *ch'ixi* e intelectualidade orgânica no framework: cada corrente epistêmica mantém sua singularidade e, no encontro, todas rendem mais.

Cabe explicitar que o *ch'ixi* atua no framework não apenas como categoria de análise das contradições estruturais, mas como método de articulação entre as tradições



epistemológicas mobilizadas. Como método, o ch'ixi sustenta três operações simultâneas: a justaposição sem fusão, que coloca lado a lado conceitos de tradições distintas sem pretender que formem sistema teórico unificado; a tensão produtiva, que reconhece as diferenças entre as tradições articuladas como energia que potencializa a capacidade analítica do framework, e não como obstáculo a ser superado; e a micropolítica dos gestos, que situa a descolonização como prática cotidiana de repolitização das relações e dos modos de habitar os espaços institucionais (Rivera Cusicanqui, 2018). Essas três operações garantem que a confluência não se converta em ecletismo teórico: as cores permanecem distintas; a tonalidade ch'ixi emerge da proximidade, não da mistura.

O desenvolvimento completo do framework, na pesquisa de doutorado em andamento, organiza-se em quatro dimensões analíticas que funcionam como lentes para ler a realidade institucional dos CENSEs: a dimensão ontológica, que pergunta *quem é a pessoa que habita o CENSE* e se as condições institucionais fortalecem ou fragilizam o *orí* de cada pessoa envolvida; a dimensão epistêmica, que indaga *como se produz conhecimento legítimo e a partir de que experiência*; a dimensão organizacional, que enfrenta *como se estruturam as relações de poder, autoridade e decisão* em uma instituição pensada desde a matripotência; e a dimensão praxiológica, que materializa o entrelaçamento entre as demais dimensões ao converter princípios em dispositivos metodológicos concretos. Essas dimensões não se sucedem linearmente nem se hierarquizam: coexistem em tensão produtiva, à maneira ch'ixi, e se retroalimentam espiraladamente. A separação é recurso expositivo; na vida concreta, as dimensões se entrelaçam. O detalhamento dessas quatro dimensões e de seus dispositivos excede o escopo deste artigo e será apresentado integralmente na tese.

4 IMPLICAÇÕES PARA A SOCIOEDUCAÇÃO E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Do framework da Matripotência Orgânica Ch'ixi emergem cinco princípios articuladores que reconfiguram os fundamentos da socioeducação: relacionalidade radical, biointeração, coroética, suficiência ontológica e desobediência epistêmica. Cabe explicitar o critério que os distingue de recomendações programáticas: cada princípio nomeia um deslocamento nos pressupostos que organizam o campo, não uma técnica a ser adotada. Deslocar pressupostos significa alterar as perguntas que uma política é capaz de formular e, portanto, as respostas que pode produzir.

A relacionalidade radical, derivada da ontologia iorubá do *orí* e do Ubuntu de Ramose (1999), desloca o eixo de compreensão do indivíduo isolado, o “sujeito de direitos” abstrato da tradição liberal, para o *orí* relacional, cuja existência se constitui em redes de pertencimento ancestrais, contemporâneas e futuras (não nascidos). Na socioeducação, isso significa reconhecer que a institucionalização não encerra um indivíduo: interrompe violentamente uma trama de vínculos cósmicos, espirituais e comunitários cuja restauração é condição de qualquer processo que se pretenda educativo. A biointeração, conceito de Bispo dos Santos (2015; 2023), desloca a lógica institucional da separação, que fragmenta pessoa e território, cultura e



economia, sagrado e profano, para a reciprocidade ativa entre modos de existir que se fortalecem no contato sem perder singularidade.

A coroética, formulada por Pontes (2021), constitui a ética do coração: compromisso afetivo-político que assume a interdependência entre vidas como fundamento da ação, recusando tanto o utilitarismo que calcula benefícios individuais quanto a ética procedimental orientada por imperativos abstratos. No cotidiano dos CENSEs, a coroética exige que cada decisão sobre pessoas adolescentes seja avaliada pelo que produz em termos de fortalecimento de vínculos e circulação de *àşę*, e não pela adequação a normas técnicas pretensamente neutras.

A suficiência ontológica, formulada nesta pesquisa a partir da confluência entre a infancialização (Noguera; Barreto, 2019), a multiplicidade constitutiva da pessoa (Hampâté Bâ, 1981), a humanização relacional do Ubuntu (Ramose, 1999), o *orí* como consciência enraizada em pertencimento ancestral (Abimbola, 1976; Oyěwùmí, 2016) e o futuro ancestral (Krenak, 2022), afirma que pessoas adolescentes nos CENSEs não são incompletudes a serem corrigidas: são presenças completas cujos saberes, linguagens e modos de existir possuem legitimidade própria. Como argumentam Noguera e Alves (2021), o tempo da infância (e da adolescência ocidental) não é espera pelo que se tornará, mas articulação entre memória, presença e futuro que se realiza no agora. A desobediência epistêmica (Mignolo, 2008) aprofunda esse deslocamento: não basta incluir “perspectivas diversas” nos referenciais existentes; é necessário desobedecer aos próprios critérios de validade que definem o que conta como conhecimento legítimo. Rufino (2019), ao formular a pedagogia das encruzilhadas a partir dos princípios de Exu, contribui para pensar campos de tensão sem recorrer à lógica binária: encruzilhada não é ponto de escolha excludente, mas território de multiplicidades simultâneas.

Esses cinco princípios, postos em confluência, produzem deslocamentos concretos na compreensão da socioeducação. Ontologicamente, a pessoa adolescente deixa de ser unidade autônoma a ser corrigida e passa a ser reconhecida como feixe de relações cujo fortalecimento exige restauração de vínculos, desbancando os pressupostos dos “planos individuais” da matriz colonial-disciplinar-androcêntrica. Epistemologicamente, o conhecimento válido não é apenas o produzido pela academia a partir de categorias ocidentocêntricas, mas também o que emerge da experiência encarnada de quem habita cotidianamente as contradições institucionais. Na práxis, a transformação não virá de capacitações técnicas importadas, mas do reconhecimento e fortalecimento dos saberes já produzidos no chão institucional. Na autoridade, a senioridade matricêntrica substitui a hierarquia burocrática: decide quem demonstra capacidade acumulada de cuidar, não quem ocupa posição no organograma. Nos objetivos, a finalidade deixa de ser a adequação normativa de corpos racializados e passa a ser a geração e a sustentação da vida.

Esses deslocamentos não são abstrações. Quando pessoas trabalhadoras cuidam por dentro (e a partir) das brechas da matriz colonial-disciplinar-androcêntrica, estão exercendo matrigestão: reorganizam temporariamente fluxos institucionais para responder a demandas



singulares, mobilizando recursos relacionais que o protocolo não prevê. Quando recusam executar procedimentos que produziram sofrimento e bloqueios, acionam a coroética. Quando sustentam vínculo com pessoas adolescentes para além do que a descrição de cargo exige, exercem matripotência. Essas práticas, frequentemente subalternizadas e tratadas como desvio ou imprevisto, constituem saberes orgânicos enraizados em racionalidades africanas e afropindorâmicas que já disputam, cotidianamente, hegemonia com a matriz que as deslegitima.

Este artigo partiu de uma pergunta-fio: se o campo acadêmico da socioeducação já reconhece a seletividade racial e já denuncia o epistemicídio, por que segue utilizando quase exclusivamente referenciais teóricos nascidos das mesmas tradições que produziram essas violências? O estado do conhecimento de 227 artigos permitiu evidenciar que o paradoxo é estrutural: a colonialidade do saber organiza os próprios critérios de legitimidade epistêmica do campo, tornando invisíveis as matrizes de conhecimento que emergem das experiências racializadas. O framework da Matripotência Orgânica Ch'ixi não se apresenta como solução para esse impasse, mas como exercício concreto de deslocamento: ao articular matripotência iorubá, *ch'ixi* aymara e intelectualidade orgânica gramsciana por confluência, e não por adição ou subordinação, demonstra que é possível fundamentar a socioeducação em epistemologias que emergem das mesmas experiências históricas que produziram os corpos hoje institucionalizados nos CENSEs.

Resta, contudo, o passo que este artigo, por sua natureza teórico-conceitual, não pôde dar: a validação situada dessas categorias no chão das unidades socioeducativas. Conceitos que não se encarnam em práticas correm o risco de reproduzir, com vocabulário renovado, o mesmo extrativismo epistêmico que pretendem combater. A Investigação-Ação Participativa proposta na pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG constitui esse próximo movimento: uma pesquisa construída *com*, e não *sobre*, pessoas trabalhadoras dos CENSEs, que reconhece sua intelectualidade orgânica e aposta que a confluência entre gramática teórica matricêntrica e saberes do chão institucional é capaz de produzir o que Bispo dos Santos chamaria de *rendimento*, não no sentido produtivista, mas no sentido de que, quando confluímos, rendemos mais. A socioeducação brasileira precisa, urgentemente, de epistemologias que rendam e fortaleçam a vida onde a matriz colonial insiste em administrá-la.

REFERÊNCIAS

- ABIMBOLA, W. **Ifa: An Exposition of Ifa Literary Corpus**. Ibadan: Oxford University Press, Nigeria, 1976.
- ABIODUN, R. Understanding Yoruba Art and Aesthetics: The Concept of Àṣẹ. **African Arts**, v. 27, n. 3, p. 68-78, 1994.
- ALVES, B. V. W. **Brasileiro, branco: a fronteira da branquitude no Paraná**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.



BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu/Piseagrama, 2023.

BRASIL. **Levantamento Nacional do Sistema Socioeducativo – SINASE**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CEDCA-PR. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Relatório de dados socioeducativos do Paraná**. Curitiba: CEDCA-PR, 2024.

CORDEIRO, S. R.; AUGUSTO, A. Política socioeducativa, colonialidade e extermínio de vidas negras. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.12957/mnemosine.2022.66380. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/66380>. Acesso em: 22 fev. 2026.

DOVE, N. Definindo uma matriz materno-centrada para definir a condição das mulheres. Tradução de Wellington Agudá. **Blog Esta Hora Reall**, 2015. Disponível em: <<https://estahorareall.files.wordpress.com/2015/12/definindo-uma-matriz-maternocentrada-para-definir-a-condiccca7acc83o-das-mulheres-nah-dove-pdf.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2025.

EVARISTO, C. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GERMINO, D. **Antonio Gramsci: architect of a new politics**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2003.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, 1988.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024a.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024b.

GROSFOGUEL, R. Del "extractivismo económico" al "extractivismo epistémico" y "extractivismo ontológico": una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**, [S. l.], n. 24, p. 123-143, 2016. DOI: 10.25058/20112742.60. Disponível em: <https://revistas.universidadmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1198>. Acesso em: 21 fev. 2026.

HAMPÂTÉ BÂ, A. A noção de pessoa na África Negra. Tradução para uso didático de: HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **La notion de personne en Afrique Noire**. In: DIETERLEN, G. (ed.). *La notion de personne en Afrique Noire*. Paris: CNRS, 1981, p. 181-192. Tradução: L. S. P. Ramos; K. F. Medeiros. Disponível em: https://www.palasathena.org.br/downloads/amadou_hampat%C3%A9_b%C3%A2_ano%C3%A7%C3%A3odepessoa%C3%A1fricanegra.pdf. Acesso em: 21 fev. 2026.

GARAY HERNÁNDEZ, J. de; VINUTO, J. Masculinidades no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: disputas e polarizações. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 127, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/12928>. DOI: 10.4000/rccs.12928. Acesso em: 21 fev. 2026.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF, n. 34, p. 287–324, 2008.

MIGNOLO, W. Histórias locais/projetos globais: **colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2013.

MOROSINI, M.; NASCIMENTO, L. M. do; NEZ, E. de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação**, [s.l.], v. 8, n. 55, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4946>.



Acesso em: 26 fev. 2026.

NOGUERA, R; ALVES, L. P. Zona de emergência de infâncias: um tempo, uma experiência e tantas vidas. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 113–132, 2021. DOI: [10.22483/2177-5796.2021v23n1p113-132](https://doi.org/10.22483/2177-5796.2021v23n1p113-132). Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/4062>. Acesso em: 26 fev. 2026.

NOGUERA, R.; BARRETO, M. Infância, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. **child.philo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 625-644, 2018. DOI: [10.12957/childphilo.2018.36200](https://doi.org/10.12957/childphilo.2018.36200). Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-59872018000300625&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 fev. 2026.

OLIVEIRA, R. C. de; GRUPP, G. O racismo estrutural diante da (in)eficácia das medidas de combate à discriminação racial no Brasil: uma análise a partir do tratamento dos crimes raciais no estado do Paraná. **Revista da Defensoria Pública da União**, n. 16, p. 57-72, 2022. DOI: [10.46901/revistadadpu.i16.p57-72](https://doi.org/10.46901/revistadadpu.i16.p57-72). Disponível em: <https://doi.org/10.46901/revistadadpu.i16.p57-72>. Acesso em: 21 fev. 2026.

OYĒWÙMÍ, O. . 2021. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero** . Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. . - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

OYĒWÙMÍ, O. What gender is motherhood? Changing Yorùbá ideals of power, procreation, and identity in the age of modernity. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016.

PONTES, K. R. **Matrigestão: o útero mítico e a ética do coração nas feminilidades africanas**. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais** – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

RAMOSE, Mogobe. **African philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

ROCHA, A. M. da. **Corpo-orí-idade: uma investigação filosófica sobre ontologia relacional no pensamento de Oyèrónké Oyěwùmí**. 2023. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2023.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes**, v. 26, n. 70, p. 373–391, 2006. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000300006>. Acesso em 26 fev 2026.

SILVA, S. C.; GUEDES, O. de S. A medida socioeducativa de internação nos Centros de Socioeducação do Paraná: uma revisão sistemática das teses e dissertações no estado. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 460-486, 2022. DOI: [10.5433/1679-4842.2022v25n2p460](https://doi.org/10.5433/1679-4842.2022v25n2p460). Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/45548>. Acesso em: 22 fev. 2026.